

IMPACTO DA ATUAÇÃO FARMACÊUTICA NA COBERTURA VACINAL NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA

IMPACT OF PHARMACEUTICAL PRACTICE ON VACCINATION COVERAGE IN BRAZIL: INTEGRATIVE REVIEW

¹NUNES, Leandro Verolezi

^{1e2}Departamento de Farmácia – Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- Unifio/FEMM

RESUMO

A vacinação constitui uma das estratégias mais eficazes de saúde pública, sendo fundamental para a redução da morbimortalidade por doenças imunopreveníveis. O presente estudo teve como objetivo analisar o papel do farmacêutico na ampliação da cobertura vacinal, na promoção da adesão da população e no enfrentamento da hesitação vacinal. Observou-se que a atuação farmacêutica não se limita à aplicação de vacinas, mas inclui também a orientação em saúde, o esclarecimento de dúvidas, o combate à desinformação e o fortalecimento da confiança da população no processo de imunização. Além disso, verificou-se que a farmácia comunitária configura-se como ponto estratégico para aumentar o acesso da população à vacinação. Conclui-se que o farmacêutico desempenha função essencial no fortalecimento das políticas públicas de imunização, sendo necessário investir em capacitação contínua, ampliar os serviços vacinais em farmácias e adotar estratégias de comunicação mais eficazes para garantir maior adesão da sociedade.

Palavras-chave: vacinação; imunização; farmácia comunitária; papel do farmacêutico; saúde pública.

ABSTRACT

Vaccination is one of the most effective public health strategies, essential for reducing morbidity and mortality from vaccine-preventable diseases. This study aimed to analyze the role of pharmacists in expanding vaccination coverage, promoting population adherence, and addressing vaccine hesitancy. Findings indicate that pharmacists' contribution goes beyond vaccine administration, encompassing health education, clarification of doubts, combating misinformation, and strengthening public trust in immunization. Furthermore, community pharmacies have been highlighted as strategic points to improve population access to vaccination. It is concluded that pharmacists play a crucial role in strengthening public immunization policies, requiring continuous professional training, expansion of vaccination services in pharmacies, and the adoption of more effective communication strategies to ensure higher adherence from society.

Keywords: vaccination; immunization; community pharmacy; pharmacist role; public health.

INTRODUÇÃO

A imunização constitui uma das estratégias mais efetivas para a prevenção e o controle de doenças infecciosas, reduzindo morbimortalidade e contribuindo para a saúde pública em escala global. O desenvolvimento das vacinas remonta ao século XVIII, quando Edward Jenner realizou experimentos pioneiros que levaram à imunização contra a varíola, fato que abriu caminho para a criação de vacinas

contra enfermidades como raiva, difteria, tétano, coqueluche e poliomielite (OMS, 2020; Durães, 2019).

No Brasil, a vacinação em larga escala consolidou-se no início do século XX, com as campanhas conduzidas por Oswaldo Cruz contra surtos de varíola e febre amarela. Em 1973, foi instituído o Programa Nacional de Imunizações (PNI), regulamentado pela Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e pelo Decreto nº 78.231, de 30 de dezembro de 1976. Esse marco fortaleceu a vacinação e a vigilância epidemiológica como pilares da saúde pública, assegurando o acesso gratuito e universal às vacinas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

A relevância do PNI está associada à abrangência de sua cobertura, contemplando gestantes, crianças, adolescentes, adultos e idosos, conforme os princípios de universalidade, equidade e integralidade do SUS. Entretanto, desde 2016 observa-se um declínio progressivo nas taxas de cobertura vacinal, fenômeno relacionado a fatores socioculturais, desinformação, movimentos antivacina e dificuldades de financiamento do sistema. Esse cenário acarretou redução da adesão e aumento de casos de doenças imunopreveníveis, com registros de queda da cobertura vacinal de 50,44% em 2017 para 34,42% em 2018 (BRASIL, 2019).

A participação do farmacêutico nesse contexto tem se mostrado estratégica para ampliar o acesso da população às vacinas e fortalecer a adesão. A regulamentação da atuação clínica farmacêutica avançou no país a partir da RDC/Anvisa nº 44/2009, que estabeleceu boas práticas em farmácias e drogarias. Em 2011, diretrizes da Federação Internacional Farmacêutica (FIP) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) destacaram, em âmbito global, a importância do farmacêutico na promoção da vacinação.

Ademais, no Brasil o processo foi reforçado pelas Resoluções CFF nº 585 e nº 586, de 2013, que ampliaram as atribuições clínicas da categoria, incluindo prescrição e aplicação de vacinas. Posteriormente, a RDC nº 197/2017 e a Portaria SAES/MS nº 844 regulamentaram a responsabilidade pelo armazenamento e administração de imunobiológicos. Mais recentemente, a Lei nº 14.675, de 14 de setembro de 2023, oficializou a possibilidade de vacinação em farmácias privadas, consolidando o farmacêutico como agente vacinador.

Apesar desses avanços, persistem desafios relacionados à hesitação vacinal, ao desconhecimento da população sobre a atuação farmacêutica e à necessidade de políticas públicas que incentivem a ampliação do serviço de

vacinação em farmácias. Nesse cenário, a comunicação eficaz e a educação em saúde configuram-se como estratégias fundamentais para reduzir barreiras de acesso e fortalecer a confiança da população na imunização (VIEGAS et al., 2019).

Diante do exposto, este estudo tem por objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, a contribuição do farmacêutico para a ampliação da cobertura vacinal no Brasil, destacando sua relevância como agente de promoção da saúde e apoio às políticas públicas de imunização.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, realizada com o objetivo de sintetizar estudos empíricos e teóricos sobre a contribuição do farmacêutico na ampliação da cobertura vacinal e adesão da população à imunização. A busca bibliográfica foi conduzida entre janeiro de 20 de abril de 2025 até 31 de agosto de 2025 nas bases de dados PubMed, SciELO, LILACS e Google Acadêmico utilizando as seguintes palavras chaves para seleção dos artigos: pharmacist, vaccination, immunization, community pharmacy, Brazil, em português e inglês.

Foram incluídos artigos originais ou de revisão publicados entre 2009 e 2024, nos idiomas português, inglês ou espanhol, que abordassem imunização e a atuação do farmacêutico em prática clínica, arcabouço legal, adesão vacinal, hesitação vacinal ou estratégias educativas. O estudo foi conduzido no período de dois meses e incluiu 7 artigos no corpus final de análise.

DESENVOLVIMENTO

A fundamentação legal da atuação farmacêutica em serviços clínicos, incluindo a vacinação, encontra respaldo no estudo de Carnut et al. (2009), que, ainda antes da promulgação da Lei nº 13.021/2014, já propunha a compreensão da farmácia como um estabelecimento de saúde. Os autores destacam a necessidade de ampliar a oferta de serviços voltados à promoção da saúde no espaço da farmácia, apontando sua potencialidade para além da mera dispensação de medicamentos. Essa concepção é aprofundada por Soares et al. (2020), que, em revisão da legislação nacional, analisam dispositivos como a RDC nº 197/2017 e a Resolução CFF nº 654/2018, confirmando o amparo jurídico que legitima a prática vacinal no ambiente farmacêutico. Ambos os estudos formam o alicerce normativo e institucional que sustenta a atuação do farmacêutico como agente vacinador.

A operacionalização desse marco regulatório no Brasil avalia os dados de vacinação em farmácias comunitárias. Os resultados demonstraram a aplicação de milhares de doses, sobretudo contra a influenza, confirmando a farmácia como um ponto estratégico de imunização. Entretanto, os autores relatam limitações como o número reduzido de farmácias habilitadas e a necessidade de treinamento contínuo dos profissionais, evidenciando lacunas a serem superadas para maior consolidação da prática. (Sales et al., 2022)

No cenário internacional, Isenor e Bowles (2018), por meio de revisão sistemática e meta-análise, compilaram evidências de que o envolvimento de farmacêuticos em programas de vacinação resulta em aumento significativo das taxas de imunização. Os autores também destacam que não foram observados aumentos relevantes em eventos adversos, o que reforça a segurança da prática. Esses achados dialogam diretamente com os resultados de Sales et al. (2022), sugerindo que a experiência internacional pode ser um modelo a ser replicado no Brasil.

A dimensão educativa da prática farmacêutica é enfatizada por Pontes et al. (2024), que discutem a influência direta do farmacêutico na adesão vacinal. O estudo evidencia que ações de aconselhamento e de combate à desinformação são determinantes para a construção da confiança da população nas vacinas. Em Gugel et al. (2021), realizou-se a revisão das causas da recusa vacinal no Brasil, identificando fatores como disseminação de notícias falsas, crenças culturais e receio de eventos adversos. Ambos os estudos sustentam a relevância do farmacêutico como mediador do processo comunicativo entre o sistema de saúde e a sociedade.

Além disso, a reflexão de Han (2021) em “A crise da narrativa” defende que a escuta atenta e a narrativa compartilhada são dimensões fundamentais do processo de cura. Ao considerar o farmacêutico como educador em saúde, sua escuta qualificada e capacidade de construir diálogos narrativos com os pacientes tornam-se elementos centrais para superar barreiras de hesitação vacinal.

Ademais, o êxito dos programas de vacinação depende da utilização de estratégias comunicativas claras e de processos educativos contínuos, conduzidos por profissionais da saúde. Nesse contexto, há um destaque sobre a ampla acessibilidade do farmacêutico, sobretudo em farmácias comunitárias, favorecendo sua inserção como protagonista na promoção da imunização. (Araújo et al., 2022)

Dessa forma, observa-se que todos os estudos analisados, ainda que por perspectivas distintas legal, prática, quantitativa, qualitativa, filosófica ou educativa, convergem na afirmação de que o farmacêutico desempenha papel essencial no fortalecimento da cobertura vacinal. Cada autor, em seus respectivos trabalhos, descreve dados ou propõe ideias que corroboram a relevância dessa atuação. Persistem, entretanto, desafios relatados pelos próprios estudos, como a baixa adesão de farmácias ao serviço de vacinação, a necessidade de formação continuada e a implementação de políticas de incentivo.

Por fim, cada artigo possui objetivos específicos, mas todos convergem quanto à relevância do farmacêutico na ampliação da cobertura vacinal e na promoção da confiança da população. A síntese desses achados está organizada no Quadro 1, que apresenta de forma estruturada os principais objetivos, resultados e contribuições dos artigos incluídos nesta revisão integrativa.

Quadro 1 - Descrição dos artigos de acordo com o Autor, Ano de Publicação; objetivo, Tipo de Estudo e as principais contribuições.

Autor/Ano	Objetivo	Tipo de estudo	Principais contribuições
Carnut et al. (2009)	Discutir a farmácia como estabelecimento de saúde	Revisão teórica	Propõe novo modelo de farmácia voltado à promoção da saúde e serviços clínicos
Soares et al. (2020)	Analisar o arcabouço legal da atuação clínica do farmacêutico	Revisão normativa	Detalha leis e resoluções que permitem a vacinação em farmácias
Sales et al. (2022)	Avaliar vacinação em farmácias comunitárias brasileiras	Estudo transversal	Mostra aplicação prática da vacinação em farmácias
Iseñor & Bowles (2018)	Avaliar impacto do farmacêutico nas taxas de vacinação	Revisão sistemática e meta-análise	Demonstra que farmacêuticos aumentam significativamente a adesão vacinal
Pontes et al. (2024)	Analisar a influência do farmacêutico na adesão à vacinação	Revisão bibliográfica	Enfatiza o papel educativo e de combate à desinformação
Gugel et al. (2021)	Investigar causas da recusa vacinal no Brasil	Revisão bibliográfica	Relaciona hesitação vacinal à falta de informação e influência das redes sociais.
Araújo et al (2022)	Avaliar estratégias de promoção da vacinação	Revisão integrativa	Destaca importância da educação em saúde e comunicação na adesão vacinal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de revisão integrativa, a contribuição do farmacêutico na ampliação da cobertura vacinal e na promoção da adesão da população à imunização. As evidências reunidas demonstraram que a atuação farmacêutica transcende a aplicação de vacinas, englobando atividades de orientação em saúde, enfrentamento da hesitação vacinal, combate à desinformação e fortalecimento da confiança social nos imunizantes. Além disso, observou-se que a farmácia comunitária se consolida como espaço estratégico de acesso, complementando as ações do Sistema Único de Saúde.

Apesar dos avanços identificados, verificam-se limitações como o número restrito de farmácias habilitadas, a necessidade de formação continuada e a carência de políticas públicas específicas que incentivem a prática vacinal no âmbito farmacêutico. Tais aspectos apontam para a importância de investimentos em capacitação profissional, expansão da cobertura vacinal em farmácias e desenvolvimento de estratégias comunicativas mais eficazes. Recomenda-se, para pesquisas futuras, a realização de estudos multicêntricos que avaliem o impacto da vacinação em farmácias sobre indicadores epidemiológicos, bem como investigações que explorem a percepção da população acerca da atuação clínica do farmacêutico nesse campo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. C. S. et al. Estratégias de promoção e prevenção vacinal: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 14, n. 8, p. 1-9, 2022. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e120595.2022>.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento de farmácias e drogarias. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 ago. 2009.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 197, de 26 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 78.231, de 30 de dezembro de 1976. Regulamenta a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1976.

BRASIL. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações,

estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 out. 1975.

BRASIL. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 14.675, de 14 de setembro de 2023. Dispõe sobre a aplicação de vacinas em farmácias e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 2023.

CARNUT, L. et al. A farmácia como estabelecimento de saúde. **Revista USP**, São Paulo, n. 83, p. 155-166, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução nº 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico. Brasília, DF: CFF, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução nº 586, de 29 de agosto de 2013. Dispõe sobre a prescrição farmacêutica. Brasília, DF: CFF, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução nº 654, de 22 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a atuação do farmacêutico em serviços de vacinação humana. Brasília, DF: CFF, 2018.

DURÃES, Fabíola Alice dos Anjos; Oliveira, Adriano Dias e Monteiro, Paulo Henrique Nico. “Edward Jenner e a primeira vacina: estudo do discurso expositivo adotado em um museu de ciência”. Khronos, **Revista de História da Ciência**, nº 7, pp. 1-15. 2019. Disponível em . Acesso em 20/05/2025.

GUGEL, J. et al. Causas da recusa vacinal no Brasil: o papel da desinformação. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 39876-39888, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv7n4-135>.

ISENOR, J. E.; BOWLES, S. K. Impact of pharmacists as immunizers on vaccination rates: A systematic review and meta-analysis. **American Journal of Health-System Pharmacy**, v. 75, n. 12, p. 886-901, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1715163518783000>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório mundial de imunização. Genebra: OMS, 2020.

PONTES, A. F. et al. A influência da atuação do farmacêutico na adesão à imunização. **Revista de Ciências da Saúde do Centro Universitário do Pará**, v. 21, n. 2, p. 45-53, 2024.

SALES, L. G. C. et al. Vacinação em farmácias comunitárias no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, v. 13, n. 4, p. 563-572, 2022.

SOARES, C. B. et al. Arcabouço legal da atuação clínica do farmacêutico no Brasil: ênfase em vacinação. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 41, n. 1, p. 1-8, 2020.

VIEGAS, S. M. F. et al. A comunicação em saúde como ferramenta para adesão vacinal. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, n. 15, p. 1-9, 2019.